Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Hipermidiatização e Preservação: desafios sociotécnicos para a permanência de museus comunitários em plataformas digitais[1][2]

Hypermediatization and Preservation: socio-technical challenges for the permanence of community museums on digital platforms

Yasmin Luiza da Costa Fonseca
Elaide Martins da Cunha
Rosane Maria Albino Steinbrenner

1. Introdução

As transformações contemporâneas da comunicação têm sido marcadas pelo avanço da hipermidiatização, fenômeno que amplia e complexifica os processos de mediatização ao incorporar plataformas digitais, algoritmos e sistemas de inteligência artificial como elementos centrais da vida social (Carlón, 2025; Ferreira, 2016). Nesse cenário, as plataformas digitais não operam apenas como meios de circulação de conteúdos, mas como infraestruturas que condicionam formas de visibilidade, permanência e reconhecimento de sujeitos, grupos e instituições.

Para comunidades historicamente marginalizadas, essas tecnologias oportunizam a construção de narrativas próprias de enfrentamento aos processos de invisibilização social. Entretanto, a apropriação das plataformas ocorre em condições assimétricas, uma

[1] Trabalho apresentado ao VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFBA. Salvador, Bahia. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS. ECA-USP. São Paulo/SP.

[2] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

vez que os fluxos comunicacionais são regulados por corporações privadas que definem regras de circulação, acesso e permanência dos conteúdos.

Essa tensão torna-se particularmente relevante quando observada a partir das práticas de memória comunitária e periférica. O Museu Memorial da Vila da Barca (MMVB), criado em 2020 por meio de edital da Lei Aldir Blanc, em um dos mais antigos territórios palafíticos da Amazônia brasileira[3], constitui um exemplo significativo desse processo. Reconhecido como ponto de memória (Pará, 2026), o museu utiliza o Instagram como principal espaço público de armazenamento e circulação pública de fotografias, documentos, relatos e registros históricos da comunidade.

Diante desse contexto, o trabalho busca responder à seguinte questão: como a infraestrutura normativa e sociotécnica do Instagram condiciona as possibilidades de comunicação comunitária e preservação da memória em contextos periféricos? O objetivo é compreender os riscos associados à dependência de plataformas como essas e discutir suas implicações para a soberania informacional de museus comunitários e pontos de memória.

2. Comunicação Comunitária, Memória e Hipermidiatização

A comunicação comunitária constitui uma prática histórica voltada à construção de cidadania, fortalecimento identitário e defesa de direitos (Peruzzo, 2009; 2025). Tradicionalmente associada a rádios comunitárias, jornais de bairro e outras mídias territoriais, caracterizava-se pelo controle relativamente direto da comunidade sobre a infraestrutura utilizada.

Com a consolidação da sociedade em rede, essas práticas passaram a ocupar os ambientes digitais. Conforme Castells (1999), a autocomunicação de massa amplia a capacidade de grupos historicamente marginalizados produzirem e difundirem conteúdos

[3] Com mais de cem anos, a Vila da Barca é uma comunidade ribeirinha urbana, considerada uma das ocupações de palafitas da América Latina.

para audiências amplas sem depender dos meios tradicionais. Contudo, essa autonomia depende das arquiteturas técnicas que sustentam a circulação das mensagens.

Autores como Fausto Neto (2010) e Carlón (2025) demonstram que a circulação é condicionada por plataformas, algoritmos e relações de poder. Na hipermidiatização, tais elementos tornam-se centrais na organização dos fluxos comunicacionais.

Quando relacionada à memória coletiva, a questão ganha novas dimensões. Segundo Palacios (2003), os ambientes digitais alteram os modos de armazenamento e circulação da memória social. Na Museologia Social, a memória comunitária não constitui um processo político de construção identitária e afirmação territorial, no qual museus comunitários operam como espaços de resistência simbólica e de produção de narrativas próprias sobre o território e seus habitantes.

No caso do MMVB, o Instagram funciona como principal ambiente de preservação e compartilhamento do acervo comunitário diante da ausência de infraestrutura pública destinada à sua preservação estrutural contínua. Essa situação reflete uma realidade observada em diversos museus comunitários brasileiros (Brulon Soares, 2014; Varine, 2015; Santana, 2016; Heitor, 2018), marcada pela ausência de políticas públicas permanentes de preservação digital. Nesse contexto, contribuições de Gama (2021) e Zuboff (2019) permitem compreender como conteúdos culturais passam a integrar dinâmicas de captura e valorização econômica de dados, reduzindo a autonomia informacional das comunidades.

3. Caminhos Metodológicos

A pesquisa adota abordagem qualitativa, estruturada como estudo de caso instrumental e crítico (Yin, 2001). Foram utilizadas duas estratégias complementares. A primeira consistiu na análise documental (Cellard, 2012) dos Termos de Uso e das

Diretrizes de Comunidade do Instagram (Meta Plataforms Inc., 2026a, 2026b)[4], compreendendo-os como dispositivos normativos que regulam as condições de existência dos usuários na plataforma. A segunda se deu por análise exploratória (Manovich, 2015) no perfil público do MMVB (@museumemorialviladabarca), observando características do acervo disponibilizado, formas de circulação dos conteúdos e dependências infraestruturais existentes. Ambos os procedimentos foram realizados entre fevereiro e abril de 2026.

A interpretação dos dados foi orientada pela Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), considerando três categorias centrais: propriedade e licenciamento de dados; regimes de visibilidade e permanência; e soberania informacional e normativa.

4. Resultados e discussões: riscos à memória e à soberania informacional comunitária

A análise evidencia que a utilização do Instagram como principal infraestrutura de memória produz vulnerabilidades que afetam diretamente a comunicação comunitária periférica em questão.

A primeira delas refere-se à soberania informacional sobre o acervo. Embora a plataforma reconheça formalmente a propriedade intelectual dos usuários, a publicação de conteúdos implica a concessão de licenças amplas de uso à empresa. No caso do MMVB, essa condição afeta diretamente fotografias, documentos e relatos cedidos por moradores para preservação da história coletiva.

Também foram identificados riscos à preservação patrimonial. Os documentos analisados não oferecem garantias efetivas de salvaguarda dos conteúdos, atribuindo aos

[4] A pesquisa foi realizada antes das alterações implementadas pela Meta em maio de 2026, incluindo o lançamento do recurso *Instants* no Instagram e as mudanças nas políticas e funcionalidades da plataforma relacionadas ao processamento de conteúdos das mensagens diretas (DMs). Por se tratar de modificações posteriores ao período de coleta de dados, tais atualizações não integram o corpus documental examinado nem as interpretações desenvolvidas neste estudo.

usuários a responsabilidade pela manutenção de cópias de segurança. Para organizações sem infraestrutura técnica própria, essa condição representa risco permanente de perda patrimonial.

Outro aspecto refere-se aos regimes de visibilidade. Os algoritmos tendem a favorecer conteúdos capazes de gerar maior engajamento, o que pode reduzir a circulação de conteúdos de interesse histórico comunitário e periférico, independentemente da sua relevância social.

A pesquisa identificou ainda desafios relacionados à moderação de conteúdos. Registros de conflitos territoriais, mobilizações populares ou precariedades urbanas podem sofrer restrições de alcance por conteúdo sensível, comprometendo a função pública do acervo enquanto instrumento de memória e documentação social.

Por fim, observa-se uma condição de dependência normativa. Os Termos de Uso permitem alterações unilaterais por parte da plataforma, restando aos usuários apenas suspender sua utilização. Para iniciativas cuja existência pública depende desses ambientes digitais, tal possibilidade torna-se inviável.

Os achados indicam que os riscos enfrentados pela comunicação comunitária e periférica decorrem de características estruturais de seus modelos econômicos e normativos. Entre os principais riscos identificados destacam-se: apagamento do acervo, licenciamento extrativo de dados, invisibilização algorítmica, moderação descontextualizada, assimetria jurídico-normativa e uso de conteúdos para treinamento de sistemas de inteligência artificial.

5. Considerações Finais

O estudo demonstra a existência de um descompasso significativo entre as finalidades da comunicação comunitária e periférica voltada à preservação da memória e as lógicas que estruturam as plataformas digitais comerciais. Enquanto museus comunitários operam segundo princípios de salvaguarda, permanência e valorização patrimonial,

plataformas como o Instagram são organizadas em torno de monetização da atenção, da circulação acelerada e da extração de dados.

No caso do MMVB, essa incompatibilidade produz uma condição de fragilidade permanente. A memória coletiva da comunidade permanece acessível graças às possibilidades oferecidas pela plataforma, mas simultaneamente sujeita a mecanismos de licenciamento, moderação, invisibilização e exclusão sobre os quais a comunidade possui controle limitado.

O caso analisado ultrapassa sua dimensão local e revela um problema mais amplo relacionado à preservação da memória comunitária no Brasil. A crescente dependência de plataformas corporativas para armazenamento e circulação de acervos revela a necessidade de discutir soberania informacional digital como componentes centrais de políticas culturais.

Nesse sentido, torna-se necessário ampliar investimentos públicos em repositórios institucionais, soluções baseadas em software livre e programas permanentes de suporte técnico destinados a museus comunitários e pontos de memória. A ampliação da visibilidade digital não pode ocorrer à custa da autonomia das comunidades sobre seus próprios patrimônios.

Referências

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRULON SOARES, B. Os mitos do ecomuseu: entre representação e a realidade dos museus comunitários. In: MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n.6. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/11130355/Os_mitos_do_ecomuseu_entre_a_representa%C3%A7%C3%A3o_e_a_realidade_dos_museus_comunit%C3%A1rios. Acesso em: 22 maio 2026.

CARLÓN, M. Semiótica, (hiper)midiatização, circulação e atores/enunciadores: a caminho de um enfoque macro-relacional não antropocêntrico para pensar o futuro?

MATRIZes, v. 18, n. 3, p. 159-184, 2025. Disponível em: https://revistas.usp.br/matrizes/pt_BR/article/view/232636. Acesso em: 22 maio 2026.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GAMA, J. R. Economia do conhecimento e capitalismo de vigilância: contribuições amazônicas para a inovação digital. 2021. 217 f. Tese (Doutorado) — NAEA/UFPA, Belém, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/items/0b61fcaf-2bef-4d5e-8e13-7314126aa2ae. Acesso em: 15 mar. 2026.

CELLARD, A. A análise documental. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. P. 295-316. Disponível em: https://share.google/6sR588ZUrraj4lAW. Acesso em: 10 abril 2026.

HEITOR, G. K. Resistencia e re-significação da luta pela cidade na experiência do Museu da Beira do Coque (PE). Nava, v. 3, n. 2. Fev./jul., 2018. P. 115-134. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/nava/article/view/27947. Acesso em: 27 maio 2026.

MANOVICH, L. Banco de Dados. Revista Eco-Pós, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 7–26, 2015. DOI: 10.29146/eco-pos.v18i1.2366. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2366. Acesso em: 12 maio 2026.

META PLATFORMS INC. Termos de Uso do Instagram. 2026a. Disponível em: https://help.instagram.com/581066165581870/?locale=pt_BR. Acesso em: 30 ago. 2025.

META PLATFORMS INC. Diretrizes de Comunidade do Instagram. 2026b. Disponível em: https://transparency.meta.com/policies/community-standards/. Acesso em: 30 ago. 2025. Acesso em: 30 ago. 2025.

MUSEU MEMORIAL DA VILA DA BARCA. Perfil oficial no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/museumemorialviladabarca/. Acesso em: 15 maio 2026.

PALACIOS, M. Memória: Quarta característica do jornalismo digital. In: INTERCOM, 26., 2003, Belo Horizonte. Anais [...]. São Paulo: Intercom, 2003. Disponível em: https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/pt_BR/issue/view/83. Acesso em: 15 maio 2026.

PARÁ, Secretaria de Estado de Cultura do Pará. Rede Virtual de Museus e Pontos de Memória do Pará: Museu Memorial da Vila da Barca. Belém: SECULT/SIMM, 2026. Disponível em: https://museus.pa.gov.br/museus/326/sobre-o-museu. Acesso em: 29 maio 2026.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária Revisitados. Eco-Pós, v. 12, n. 2, p. 46-61, 2009. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/947. Acesso em: 15 maio 2026.

PERUZZO, C. M. K. Pedagogia da Comunicação Popular e Comunitária nos Movimentos Sociais. Porto Alegre: Sulina, 2025.

SANTANA, R. de. Cidade, Memória e Museologia Social: uma análise sobre a relação entre espaço urbano, museus, museus comunitários e alternativas de resistência. Monografia de Graduação, Departamento de Antropologia e Museologia, UFPE, 2016. 51p. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40469?mode=full. Acesso em: 15 maio 2026.

VARINE, H. O museu comunitário como processo continuado. In: CADERNOS do CEOM / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. V. 27, n.41, Chapecó: Unochapecó, 2015, p. 25-35. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595. Acesso em: 20 maio 2026.

YIN, R. B. Estudo de caso: planejamento e método. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUBOFF, S. The Age of Surveillance Capitalism. New York: PublicAffairs, 2019.